## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

#### **SENTENÇA**

Processo n°: 1020347-66.2015.8.26.0566

Classe - Assunto Procedimento Comum - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou

Fornecimento de Medicamentos

Requerente: Tereza de Fatima Faleiros Del Lama

Requerido: "Fazenda do Estado de São Paulo e outro

Prioridade Idoso Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Gabriela Müller Carioba Attanasio

Vistos.

Tereza de Fatima Faleiros Del Lama propõe esta ação contra "Fazenda do Estado de São Paulo e Universidade Estadual de São Paulo (Usp)- Unidade Universitária do Instituto de Química de São Carlos, aduzindo que é portador (a) de câncer e necessita, para o tratamento, da substância *fosfoetalonamina sintética*, que era produzida pelo Instituto de Química da USP de São Carlos.

Foi indeferida a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 44).

Pela decisão de fls. 50/51 foi reconhecida a ilegitimidade passiva da Universidade de São Paulo.

A Fazenda do Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 58/98).

Réplica às fls. 103.

É o relatório.

#### Fundamento e decido.

Deixo de apreciar as demais preliminares, nos termos do artigo 488 do CPC.

Já em relação ao Estado de São Paulo, ressalvado o entendimento pessoal deste Juízo, curva-se ao pronunciamento majoritário da jurisprudência, para desacolher o pedido da parte autora, sob o fundamento de que não há eficácia comprovada, havendo risco à saúde, conforme precedentes do Pretório Excelso; trata-se de droga ainda em fase



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS FORO DE SÃO CARLOS VARA DA FAZENDA PÚBLICA PLA SOPPONE 275 SÃO CORLOS

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

experimental, destituída de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, tendo o C. Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI nº 5501, deferido liminar para suspender a eficácia da Lei nº 13.269/2016, que autoriza a sua fabricação.

APELAÇÃO CÍVEL. Fornecimento gratuito da substância Fosfoetanolamina Sintética Paciente portador de câncer. Substância ainda experimental. Existência de Portaria da USP que impede a manipulação e distribuição da substância. Ausência de relatório médico indicando o uso da substância como meio eficaz na cura do câncer. Recursos providos. (Apelação nº 10131.7-58.2015.8.26.0566, 5ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Rel. Des. Maria Laura Tavares, julgado em 5/12/2016).

MEDICAMENTO. Fosfoetanolamina sintética. Ilegitimidade passiva da Fazenda do Estado proclamada em agravo de instrumento precedente. Preliminares rejeitadas. Ausência de prescrição médica com encaminhamento ao uso da substância colimada. Inexistência de obrigação imputável à USP de produzi-la, notadamente em escala industrial. Sentença de procedência reformada. Apelação da Universidade provida para julgar improcedente a ação. (Apelação nº 1010698-77.2015.8.26.2015, 7ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, Rel. Des. Coimbra Schmidt, julgado em 30/01/2017).

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. DIREITO À SAÚDE. SUBSTÂNCIA DE USO EXPERIMENTAL - FOSFOETANOLAMINA SINTÉTICA FORNECIMENTO PELO ESTADO - CONDIÇÕES DA AÇÃO- LEGITIMAÇÃO PASSIVA - CERCEAMENTO DE DEFESA- INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER.1. A legitimação para agir é condição da ação relacionada à qualidade da parte e ordinariamente reconhecida aos titulares dos interesses em conflito. Pretensão fundada no direito à saúde (art. 196 CF). Obrigação solidária de responsabilidade dos entes federados. Legitimação passivado Estado. Ilegitimidade da USP. Extinção do processo, sem resolução de mérito. 2. Questão de mérito de direito. Desnecessidade de produção de prova pericial. Inutilidade da perícia para suprir a falta de pesquisa científica destinada a demonstrar a segurança e eficácia da substância pretendida. 3. O fornecimento de droga ou substância de uso experimental sem o controle prévio de viabilidade sanitária é medida que atenta contra o dever constitucional de tutela da saúde da população pela qual o



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS FORO DE SÃO CARLOS VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Estado deve zelar. Obrigação de fazer inexistente. Pedido improcedente. Sentença reformada. Reexame necessário, considerado interposto, acolhido. Recurso do Ministério Público desprovido. Recursos das rés providos. (Apelação nº 1009294-88.2015.8.26.0566, 9ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Rel. Des. Décio Notarangeli, julgado em 30/11/2016).

RECURSO DE APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO. PEDIDO LIMINAR. PLEITO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO EXPERIMENTAL E REGISTRO SINTÉTICA.CUJA **SEM** NA ANVISA.FOSFOETANOLAMINA DISPONIBILIZAÇÃO FOI INTERROMPIDA PELA CORRÉ USP. Sentença que julgou a ação procedente, condenando a USP e o Estado a colocar à disposição do autor quantidade suficiente da substância para seu tratamento, suspendendo a Portaria IQSC 1389/2014 editada pelo Instituto de Química de São Carlos.Impossibilidade. Produção e distribuição da substância, em continuidade a testes de pesquisa científica, cuja competência sobre a viabilidade e conveniência é da instituição de pesquisa da corré USP. Precedentes deste Tribunal. Suspensa a eficácia da Lei Federal 13.269/2016 por decisão liminar na ADI 5.501. Sentença Reformada. Honorários invertidos, observada a gratuidade. necessário Recurso de apelação reexame providos. (Apelação nº1010123-69.2015.8.26.0566, 10<sup>a</sup> Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Rel. Des. Marcelo Semer, julgado em 7/11/2016).

Ante exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I, do CPC e **IMPROCEDENTE** o pedido.

CONDENO a parte autora a arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, arbitrados estes, nos termos do artigo 85, § 2°, em 10% sobre o valor da causa, observada a gratuidade da justiça, se o caso.

### Publique-se e Intime-se.

São Carlos, 23 de maio de 2017.